

A IGREJA E A HOMOSSEXUALIDADE RELATADAS PELA MÍDIA

*Ana Carolina Heise Furquim de Campos**
*Paula Suzana Gioia***

Resumo

Pretendeu-se verificar como é descrita pela mídia a relação entre homossexualidade e a Igreja. Entendendo a mídia e a Igreja como agências de controle, analisou-se como possivelmente controlam as práticas da comunidade ante a sexualidade. Usando as palavras-chave homossexualidade e papa, foram selecionadas as matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo no período de dez anos. Os resultados indicaram que poucos foram os momentos em que não ocorreram matérias que abordassem essa relação. Os títulos das matérias se referiram, na maioria das vezes, somente à Igreja. Embora os autores das matérias parecessem se isentar de uma avaliação, descreveram desfavoravelmente a homossexualidade, como se fosse um relato da Igreja. Em 93% das matérias a mídia impressa relata que a Igreja utilizou termos negativos para afirmar ser contrária à homossexualidade. Concluiu-se que a religião e a mídia utilizam-se de técnicas de controle para estabelecer normas em relação à homossexualidade e controlar o comportamento do indivíduo.

Palavras-chave: *homossexualidade; Igreja; imprensa escrita.*

Abstract

The aim of this study is to verify how the media describes the relationship between the Catholic Church and homosexuality. The analysis focused on the manners through which the media and the Church control the community's

* Mestranda em Psicologia Experimental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: carolfurquim@uol.com.br

** Professora doutora da Faculdade de Psicologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: gioia@terra.com.br

sexual practices. Using as keywords “homosexuality” and “Pope”, we searched for articles published during a period of ten years in the newspaper Folha de S. Paulo. The results showed that the titles of these articles referred mostly to the Catholic Church. Although journalists did not use negative terms to refer to homosexuality in their reports, in 93% of the selected articles homosexuality was described in unfavorable terms, as if reported by the Church. Both religion and the media seemed to establish what is right and wrong regarding homosexuality and, therefore, acted as agencies for the control of human behavior.

Keywords: *homosexuality; Church; media.*

A repressão sexual (Chauí, 1984) é um “conjunto de interdições, permissões, normas, valores e regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade” (p. 9). Se é necessário haver controle, podemos pensar que o comportamento “natural” (ou mais reforçador para o indivíduo) deve ser reprimido. Para Chauí (ibid.), reprimir é, através de procedimentos sociais, frear algo que iria numa direção não aceita ou não desejável para o grupo.

Segundo a autora, no decorrer da história, diferentes explicações e justificativas serviram para proibir ou permitir diferentes práticas sexuais, dependendo de qual era a finalidade do sexo naquela sociedade. Para entender a repressão sexual, é necessário descrever a função do casamento socialmente. O casamento monogâmico e indissolúvel nem sempre foi assim. Não era interessante que todos se casassem para não haver tantos herdeiros para o patrimônio e para que ainda restassem homens e mulheres substitutos para quando um dos cônjuges morresse. Porém, a aristocracia européia tinha suas próprias práticas, vindas dos costumes pagãos, em relação ao casamento: a cerimônia era doméstica e acontecia na presença dos pais dos noivos apenas. A Igreja Católica, para conseguir a hegemonia sobre a Europa, gerou conflitos, mas também fez concessões, incluindo em suas idéias práticas pagãs, como o casamento. Com isso, a cerimônia vai, aos poucos, deixando de ser doméstica e passando ao controle da Igreja. A Igreja, que passa a controlar a sociedade, registra nascimentos, batiza, casa, dá a extrema-unção. Passa a ter controle sobre as alianças da nobreza e realza, podendo impedir aquelas que não fossem convenientes aos seus interesses (ibid.).

As novas normas impostas pela Igreja interessavam também à classe dominante, já que o casamento trazia ao noivo um dote e garantia à noiva parte do patrimônio do cônjuge, caso este falecesse. Dessa forma, foi ainda mais fácil que essa nova regra se difundisse e tivesse que ser respeitada pelos indivíduos, uma vez que os procedimentos controladores da Igreja coincidiam com aqueles da aristocracia. Assim, com o tempo, o casamento passa a ser um sacramento, indissolúvel e monogâmico, com exigência de sexo “honesto, sem prazer”, com o objetivo da procriação e perpetuação da espécie. Tudo aquilo que não obedece a essas regras é proibido e considerado “imoral” ou “pecaminoso”. Ainda segundo Chauí (ibid.), qualquer prática que perturbe a finalidade atribuída à procriação passa a ser reprimida. Um exemplo disto é a “transformação do adultério em crime previsto em lei, nas sociedades onde a família, juridicamente constituída, tem como função a conservação e transmissão de um patrimônio ou a reprodução da força de trabalho” (p. 78). Dessa forma, em uma sociedade em que o sexo é visto apenas tendo função procriadora, qualquer atividade que não atinja esse fim, como a masturbação, o sexo anal ou a homossexualidade, por exemplo, seria indesejada e proibida.

Na perspectiva skinneriana, determinado comportamento pode ter efeitos diferentes sobre as outras pessoas do grupo: para alguns ele é ruim, mas para outros pode ser classificado como bom; ou o comportamento pode ter um efeito a curto prazo e outro oposto a longo prazo e, portanto, classificado como bom ou mau em diferentes momentos (Skinner, 1953/1994). Chauí (1984) entenderia que seriam classificados como maus comportamentos os que se afastassem das normas da religião cristã.

Podemos entender, portanto, que grupos sociais exercem controle sobre o indivíduo através de normas, regras, leis e valores. Como analistas do comportamento, interessa-nos identificar como o grupo social e especialmente suas agências – no presente caso, a Igreja e a mídia – estão operando para que as práticas sexuais repressivas ante a sexualidade se mantenham.

COMPORTAMENTO SOCIAL E CONTROLE PELO GRUPO

A maior parte da nossa vida envolve o ambiente social. O comportamento social está relacionado à existência do indivíduo como ambiente para outros indivíduos, isto é, muitos reforçadores são liberados pelo outro, dependemos de outras pessoas para obtê-los. Quando vivemos em sociedade, a maior parte dos reforçadores generalizados a que temos acesso depende da mediação do outro, como atenção, aprovação, afeição, assim como reforçadores negativos, desaprovação, desprezo (Skinner, 1953/1994). Segundo Skinner, o grupo social pode manipular variáveis para controlar o comportamento de uma pessoa a fim de que esta seja mais conveniente e resulte no reforço de outros membros do grupo. “O efeito do controle do grupo entra em conflito com o forte comportamento primariamente reforçado do indivíduo” (Skinner, 1953/1994, p. 357). Esse controle exercido pelo grupo social faz com que o indivíduo emita menos comportamentos egoístas e se comporte de forma a trazer mais reforçadores para os outros membros do grupo.

Se há reforço primário, poderíamos nos questionar por que o indivíduo “atende” ao grupo; afinal, ao fazer isso, não produzirá esse tipo de reforço para si mesmo. Skinner (1953/1994) nos responde quando diz que “em geral, comportar-se como os outros tem grande probabilidade de ser reforçado” (p. 341). Há maior probabilidade de ocorrer o reforçamento se nos comportarmos como outros já o fizeram do que se testássemos outras respostas, sem saber quais seriam as conseqüências. Além disso, o indivíduo, como parte do grupo, também é capaz de controlar o comportamento de outras pessoas. Dessa forma, as desvantagens e as vantagens ficam equilibradas: o indivíduo restringe seus comportamentos egoístas, mas usufrui as vantagens de fazer parte daquele grupo.

Ainda segundo Skinner (1953/1994), para exercer controle, o grupo ou as agências controladoras classificam o comportamento do indivíduo em bom ou mau, virtuoso ou pecaminoso, certo ou errado, o que indica se tal comportamento será reforçado ou punido socialmente. Se entendermos que o comportamento socialmente “desejado” de um indivíduo é aquele que tem efeito reforçador para os outros, este será o comportamento

classificado como bom, certo ou virtuoso. Já o comportamento aversivo para o grupo é classificado como mau, errado ou pecaminoso.

Esse tipo de classificação do comportamento pode ser notado também nas questões sexuais, por exemplo, quando se condenam certas práticas sexuais ou aceitamos outras. As práticas sexuais que não interessam ao grupo ou a alguma agência controladora são classificadas como “pecaminosas”, “ruins”. Como disse Chauí (1984), essas normas e classificações têm justificativas diferentes no decorrer do tempo e dependem também de aspectos culturais, econômicos e políticos. Em outras palavras, essa classificação do comportamento está em função de algum ganho para os controladores, seja econômico, político. Os padrões de comportamento convenientes ou desejáveis também dependem da ocasião e do momento histórico, de interesses políticos e econômicos, embora essa classificação possa ter surgido em uma circunstância e permanecer mesmo quando as circunstâncias tiverem sido alteradas, isto é, “o comportamento continua a ser rotulado como bom ou mau embora, através de alguma mudança nas condições, já não seja mais reforçador ou aversivo” (Skinner, 1953/1994, p. 354).

Pode-se inferir a avaliação que o grupo social faz de determinado padrão comportamental por meio dos reforçadores condicionados e incondicionados usados na sua modelagem (elogios, gratificações, carinhos; ou punições, censuras e críticas). Assim, o bom comportamento é reforçado, e o mau comportamento punido. O grupo tem, então, o poder de reforçar ou punir os comportamentos que julgue adequados ou não, exercendo um controle ético sobre cada um de seus membros (Skinner, 1953/1994).

Usando como exemplo a atividade sexual humana, percebemos que o comportamento sexual é reforçado ou punido através das classificações e adjetivos a ele atribuídos. Como vimos, a religião cristã considera as atividades sexuais que não têm finalidade procriadora como pecaminosas (Chauí, 1984). Outras agências de controle ou indivíduos do grupo podem classificar certas atividades sexuais, que não julguem adequadas, como “patológicas”, “anormais”, “ruins”.

O controle coercitivo, como sabemos, tem outros efeitos: após uma história punitiva, não é mais necessária a presença do grupo para o controle do comportamento. O próprio comportamento punido gera estimulação

aversiva e faz com que o indivíduo se sinta mal, tenha sentimentos de culpa ou pecado ao emití-lo. A punição também elicia respondentes condicionados. Assim, quando essa relação de condicionamento está estabelecida, já não é preciso que haja um punidor por perto, pois a situação ou algum aspecto do próprio comportamento torna-se por si só aversiva. Nessa situação, qualquer outro comportamento incompatível com o indesejado será reforçado pelo grupo, especialmente o autocontrole (Skinner, 1989/1995).

Uma vez que, de acordo com Skinner (1953/1994), nem sempre o grupo é suficientemente organizado para exercer esse controle e manter seus procedimentos, encontram-se dentro do grupo as agências de controle.

Essas agências são mais organizadas e conseguem exercer maior controle sobre o grupo, por exemplo, ao tornar as regras e leis mais bem definidas e públicas, além de terem maior poder de reforçar e punir o indivíduo de acordo com as suas práticas.

Religião como agência de controle

Muitas vezes, o controle religioso opera por meio de contingências raras ou acidentais para controlar o comportamento dos indivíduos. Contingências acidentais podem produzir comportamento supersticioso, o que significa que falta uma relação de dependência entre resposta e reforço, porém a resposta continua a ser emitida. Por meio de processos verbais é possível converter um evento não relacionado à resposta em uma eficiente consequência punitiva e alterar o comportamento do indivíduo (Skinner, 1953/1994). Os preceitos religiosos também podem mencionar consequências reforçadoras acidentais de um tipo positivo para controlar o comportamento, funcionando como uma mediadora de reforços positivos. A agência religiosa “arranja ou altera certas contingências que acarretam boa ou má sorte no futuro imediato, ou benção eterna ou danação na vida por vir” (Skinner, 1953/1994, p. 383). De acordo com o autor, a técnica de controle religioso é a mesma que de outras agências controladoras. A diferença está apenas no nome com o qual se classifica o comportamento; ao invés de bom ou mau, será moral ou imoral, virtuoso ou pecaminoso, e então será

reforçado ou punido de acordo. A promessa do Céu seria uma condensação de reforços positivos, e a ameaça do Inferno de reforços negativos.

Para Chauí (1984), em relação ao comportamento sexual, por exemplo, a religião cristã estimula a prática da abstinência sexual e relaciona a isso à promessa de “elevação espiritual”, “purificação”, que levariam o indivíduo ao céu. A prática de comportamentos indesejáveis, como atividades sexuais sem finalidade procriadora, trariam o “abaixamento espiritual” ou levariam o indivíduo ao inferno (aspas da autora, p. 87).

Imprensa como agência de controle

Conhecer é comportamento verbal. Para Guerin (1992), há dois tipos de conhecimento. Podemos aprender e conhecer o mundo através do contato direto com o ambiente, o que chama de “saber como”, ou por meio do que é construído socialmente, do que nos é dito pela comunidade verbal, na interação com as outras pessoas, mais do que por meio de nossa própria experiência, o que seria “saber que”. Este último tipo de conhecimento seria correspondente ao conhecimento socialmente produzido. De acordo com o autor, “muito do que sabemos é aprendido através de processos sociais, isto é, é socialmente aprendido” (p. 1423).

Os conhecimentos construídos por um grupo social podem ser transmitidos de uma geração para outra. Isso significa que, quando um novo indivíduo vem ao mundo, ele é inserido nas práticas culturais dominantes, aprendendo, por exemplo, os valores, as regras e o funcionamento do grupo social a que pertence.

Guerin (1992) ressalta que o conhecimento socialmente produzido nem sempre corresponde ao mundo atual. O que é dito como se fosse uma descrição real do ambiente ou dos fatos (tato) pode, na verdade, ser uma resposta verbal sob controle de outra resposta verbal (intraverbal) e não corresponder, necessariamente, à realidade. Ainda segundo o autor, o conhecimento socialmente produzido poderá estar “destacado”, desvinculado, independer do mundo real.

O conhecimento ou a informação não precisa mais ser uma descrição da realidade, mas pode ser construída e manipulada a fim de controlar os

membros da comunidade verbal. Hoje em dia, a mídia se apresenta em grandes conglomerados e com estreitos vínculos com outras agências de controle (já que podem ter interesses em comum), detendo o poder de manipular a informação, não possibilitando às pessoas a discriminação das contingências em operação (Martone, 2003). Assim, a informação a que temos acesso pode ser selecionada e manipulada pela mídia e por outras agências de controle que tenham procedimentos coincidentes, tornando o acesso à realidade e às contingências reais cada vez menores, já que na sociedade moderna o comportamento está se tornando mais freqüentemente verbal e menos sob controle das variáveis ambientais (Namo, 2001).

Segundo Hernandes (2006), não há como a mídia relatar um acontecimento de forma isenta, sempre há uma ideologia, uma visão de mundo por trás. Os jornais escolhem os acontecimentos relevantes, ressaltam os pontos que interessam e esquecem ou negam aquilo que não é oportuno. Dessa forma, a realidade fica enviesada, não é relatada de forma pura, mas atende a interesses, passa por valores e julgamentos de quem a retrata.

Quando o indivíduo ou o grupo não tem acesso direto às contingências ambientais, pode ser manipulado mais facilmente pela distorção e/ou seleção de aspectos da informação, tornando-se mais “vulnerável” ao controle das agências que veiculam informações.

Entendendo a mídia e a religião como agências de controle e, nesse sentido, capazes de controlar os membros da comunidade verbal, pretendemos verificar se elas poderiam estar atuando na regulação de práticas sexuais, classificando comportamentos homossexuais como maus ou pecaminosos e favorecendo que indivíduos que tenham essas práticas sejam punidos pelo grupo social.

MÉTODO

Material

Os documentos utilizados como fonte de dados foram coletados na Internet entre os dias 11 e 18 de maio de 2005, no arquivo eletrônico do

jornal *Folha de S. Paulo*. Esses documentos eram compostos por manchete, data, autor, origem do texto, edição, seção e a matéria propriamente dita.

Procedimento

1. *Coleta*: o jornal *Folha de S. Paulo* foi escolhido como fonte de dados pelo fato de estar entre os dois jornais paulistas de maior circulação no estado, sendo, assim, um possível importante formador de opinião, segundo Hernandez (2006). Foram selecionadas, do jornal escolhido, todas as matérias contendo as palavras “homossexualidade” e “homossexualismo”, desde 1996, primeiro ano disponível para busca no *site* do jornal, até 20 de abril de 2005, data do anúncio do novo papa. Essa data final foi estipulada para que fosse analisado o discurso da Igreja Católica durante um período do papado de João Paulo II. Dessa forma, considerou-se que os discursos e opiniões do papa nesse período representavam a instituição da qual ele é o representante oficial de maior cargo hierárquico.

Passo 1: acessou-se o *site* do jornal *Folha de S. Paulo* www.folha.uol.com.br. Abriu-se a página principal, que continha uma série de matérias veiculadas no dia do acesso. Clicou-se, com a seta direcionada pelo mouse do computador, um ícone à esquerda da página principal, dentre as opções de “Serviços”, intitulado Arquivos Folha. Abriu-se a página dos Arquivos, contendo matérias desde 1996 até 2005.

Passo 2: clicou-se no ano desejado para consulta e em seguida foi feita a busca pelas palavras “homossexualidade” e “homossexualismo”. O acesso às matérias dava-se clicando em “Conteúdo”, no alto da página, do lado esquerdo.

Passo 3: as matérias de cada ano foram copiadas e coladas em arquivo do *Word*, sendo o arquivo nomeado com o ano e a palavra-chave usada na busca (por exemplo, homossexualidade 1996).

Passo 4: com os arquivos do *Word* contendo as palavras “homossexualidade” ou “homossexualismo” foi feito um cruzamento com a palavra “papa”. Então, criaram-se dois novos arquivos: homossexualidade x papa, contendo 15 matérias, e homossexualismo x papa, contendo 70 matérias.

Passo 5: Foram selecionadas as matérias que tivessem esses dois temas relacionados (papa e homossexualidade), sendo excluídas as outras, em que os dois temas eram citados, porém não relacionados. Também foram descartadas as matérias repetidas. O resultado desse procedimento de coleta foi a seleção de 74 matérias, que foram classificadas de acordo com o que se segue.

2. *Procedimento de Análise*: as matérias foram classificadas de acordo com seus aspectos formais quanto:

a) *ao número e data da matéria*: as matérias foram quantificadas e numeradas por ordem cronológica de veiculação em cada cruzamento feito. Assim, as matérias encontradas no cruzamento homossexualismo x papa foram numeradas de 1 a 65 e aquelas obtidas no cruzamento de homossexualidade x papa, de 66 a 74.

b) *à autoria da matéria*:

b1: matéria assinada por profissional não vinculado ao jornal;

b2: matéria assinada por profissional vinculado ao jornal;

b3: matérias não-assinadas consideradas como representantes da opinião do veículo;

b4: opinião do leitor.

Observação: as entrevistas foram classificadas com duas autorias, sendo elas: matérias assinadas por profissionais vinculados ao jornal (o repórter) e quem estava sendo entrevistado (não vinculado ao jornal).

As matérias também foram classificadas quanto aos seus conteúdos, conforme se segue.

A) *Título da matéria*: o título das matérias foi classificado em relação à referência ou não a um ou a ambos os termos (homossexualidade e papa/religião). O título poderia fazer referência à:

A1: homossexualidade e à Igreja;

A2: homossexualidade;

A3: Igreja.

O título da matéria também foi classificado quanto ao uso ou não de termos que sugeriam um julgamento de valor quanto à homossexualidade, à Igreja ou à relação entre homossexualidade e Igreja. Assim, a avaliação do título da matéria foi considerada: positiva (o título utiliza termos que indi-

cam concordância ou aspectos positivos da Igreja ou da homossexualidade), negativa (os termos utilizados no título indicam que a relação entre Igreja e homossexualidade é conflituosa, por exemplo, “Homossexuais criticam a Igreja”, ou traz termos negativos relacionados à Igreja ou à homossexualidade, como “ameaça”, “contrariado”) ou sem avaliação (no título não havia termos que indicassem nenhuma forma de avaliação ou era meramente descritivo, como “Igreja e Homossexualidade”).

B) *Tema*: o assunto principal tratado na matéria que fazia menção a questões homossexuais e à Igreja:

B1: agressões a homossexuais;

B2: anulação de casamentos pela Igreja;

B3: união civil ou casamento entre homossexuais;

B4: pedofilia ou homossexualidade na Igreja;

B5: protestos de homossexuais;

B6: homossexualidade genericamente (sem tratar dos assuntos anteriores).

Observação: apesar de a relação entre Igreja e homossexualidade estar contida em todas as matérias, em algumas delas o tema principal não era essa relação, mas um dos temas acima.

C) *Visão sobre a homossexualidade retratada no corpo da matéria*:

C1: desfavorável (foram classificadas nessa categoria todas as matérias que continham termos depreciativos em relação à homossexualidade, como, por exemplo, “distúrbio”, “mau”);

C2: favorável (foram incluídas nessa categoria matérias que continham termos favoráveis em relação à homossexualidade ou termos que sugerissem crítica a instituições que condenam a homossexualidade, por exemplo, “é lamentável o conservadorismo da Igreja”).

C3: não identificável.

D) *Momento em que foi veiculada a matéria*: são datas comemorativas da Igreja e da comunidade *gay* ou eventos significativos que modificaram a rotina do papado. Também foram registradas as matérias veiculadas fora dos momentos identificados abaixo.

D1: Aniversário do papa;

D2: celebração do papado;

D3: doença e morte do papa;

D4: paradas gay / passeatas: matérias publicadas na ocasião desse evento anual, podendo ter ocorrido em qualquer parte do mundo;

D5: Páscoa;

D6: publicação de novas encíclicas ou catecismo;

D7: viagens do papa;

D8: visita de FHC ao papa;

D9: visita do papa ao Brasil.

RESULTADOS

A frequência de apresentação pela mídia impressa, no caso o jornal *Folha de S. Paulo*, de matérias que abordaram a relação entre Igreja e homossexualidade pode ser constatada na leitura da Figura 1. Entre janeiro de 1996 e abril de 2005, foram encontradas 74 matérias. Este período foi dividido de 4 em 4 meses, como se vê na Figura 1. O período de doença e morte do Papa durou 4 meses, de janeiro a abril de 2005, tendo sido tomado como critério para esta divisão do período.

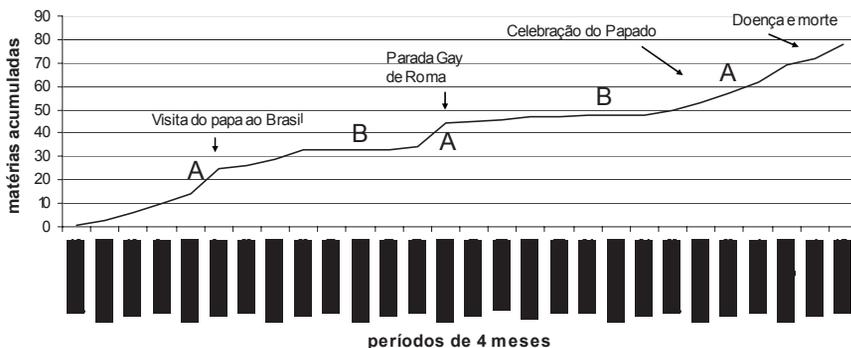


Figura 1 – Frequência acumulada de matérias ao longo dos anos

Percebemos que a frequência de publicações de matérias durante o período analisado (janeiro de 1996 a abril de 2005) não segue sempre o mesmo padrão. A leitura da Figura 1 nos permite salientar quando houve um acréscimo no número de matérias divulgadas (A) e também quando ocorreu

uma pausa, indicando que não houve publicações naquele período (B). Podemos perceber que, durante o período selecionado, as matérias foram divulgadas quando houve acontecimentos relacionados à religião católica ou a movimentos homossexuais: vinda do papa ao Brasil, parada *Gay*, celebração do papado, doença e morte do papa. Por outro lado, também esse tipo de matéria foi publicada em momentos em que não havia nenhum fato relevante (durante o ano de 1996, 1998 e entre janeiro e agosto de 2004). Assim, parece que, independentemente do que esteja acontecendo com a Igreja Católica ou com movimentos homossexuais, matérias que trazem a relação Igreja e homossexualidade estiveram presentes em todos os anos pesquisados (exceto 1999) no jornal *Folha de S. Paulo*.

Outro aspecto analisado foram os títulos das matérias. O título da matéria poderia ser o primeiro contato do leitor com a matéria. Que tipo de títulos estão sendo escritos pelo jornal? Que tipo de título poderia ser considerado pelo jornal como mais provocativo para a leitura da matéria? A Figura 2 representa a distribuição em porcentagens dos títulos das matérias selecionadas.

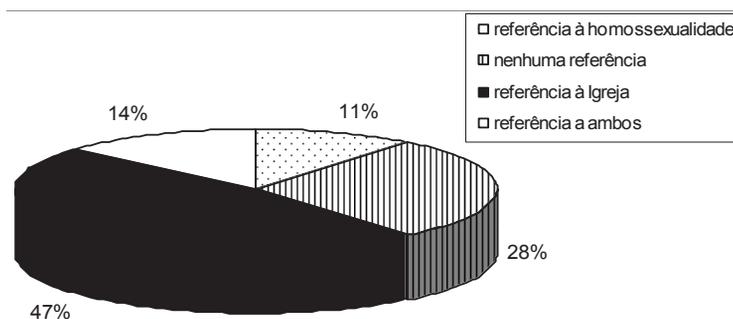


Figura 2 – Porcentagem de matérias que fazem referência aos termos “homossexualidade” e/ou “Igreja” no título

Observamos na Figura 2 que 14% das matérias continham nos seus títulos os termos (ou afins) “homossexualidade” e “Igreja”, indicando que a matéria abordaria essa relação. Uma menor quantidade de matérias (11%) mencionava apenas o termo “homossexualidade” (ou afins). Já a referência

ao termo “Igreja” (ou afins) foi encontrada em 47% dos títulos das matérias, indicando que a matéria abordaria esse tema. Os outros 28% não continham termos que faziam menção à Igreja, tampouco à homossexualidade.

O conjunto de matérias cujos títulos faziam referência ao termo “homossexualidade” isolado ou conjuntamente com o termo “Igreja” somaram 25% (18). Esses 18 títulos foram classificados quanto à sua natureza. Eles poderiam fazer menção a termos que indicavam algum tipo de avaliação ou julgamento de valor em relação à homossexualidade ou o título poderia não conter termos avaliativos. O resultado dessa classificação pode ser visto na Figura 3: dentre as 18 matérias que tinham em seu título referência ao termo “homossexualidade”, nove delas apresentavam termos com referências negativas à homossexualidade, que poderia ser uma crítica de alguém aos homossexuais vinculando-os a uma ação passível de crítica, como, por exemplo, “queimar a imagem do papa”.

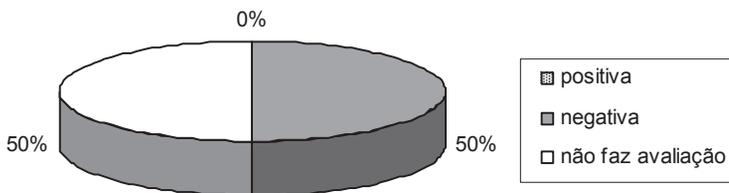


Figura 3 – Tipo de referência à homossexualidade no título da notícia

Ainda em relação à natureza dos termos contidos nos títulos, nove matérias não apresentaram qualquer tipo de termo avaliativo em relação à homossexualidade. Também não houve títulos de matérias cujos termos sugerissem uma avaliação positiva com referência à homossexualidade.

Os títulos de 58% das matérias que continham o termo “Igreja” ou afins também foram classificados quanto à sua natureza. Na Figura 4 percebemos que 80% desses títulos não tinham nenhum termo que sugerisse algum tipo de avaliação da Igreja e que 20% dos títulos continham

termos que sugeriam uma avaliação negativa da Igreja, seja trazendo uma crítica negativa de alguém à Igreja ou descrevendo fatos que pudessem ser criticados pela comunidade verbal como, por exemplo, “Padre abusa de garoto em ‘Santo Parto’”(filme em cartaz na época). Também em relação à Igreja, notamos que não houve nenhum título com termos que fizessem referências positivas à Igreja.

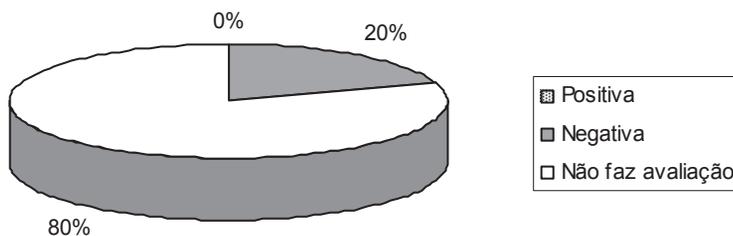


Figura 4 – Tipo de referência à Igreja no título da notícia

O tema tratado nas matérias também foi identificado. A fim de verificar se o assunto tratado relacionava-se com o momento no qual a matéria era publicada, construímos a Figura 5.

Na Figura 5, vemos a distribuição dos temas das matérias em cada momento. Podemos observar que em todos os momentos o tema “homossexualidade em geral” foi publicado. Alguns temas, como os protestos defendendo as causas homossexuais e a anulação de casamentos, só apareceram na mídia em momentos mais específicos. As matérias que tratavam de protestos de homossexuais apareceram em três momentos; durante a Parada Gay, como era esperado e durante viagens do papa, tanto ao Brasil como a outros países, e as matérias com o tema “anulação de casamentos” só foram veiculadas durante a Páscoa.

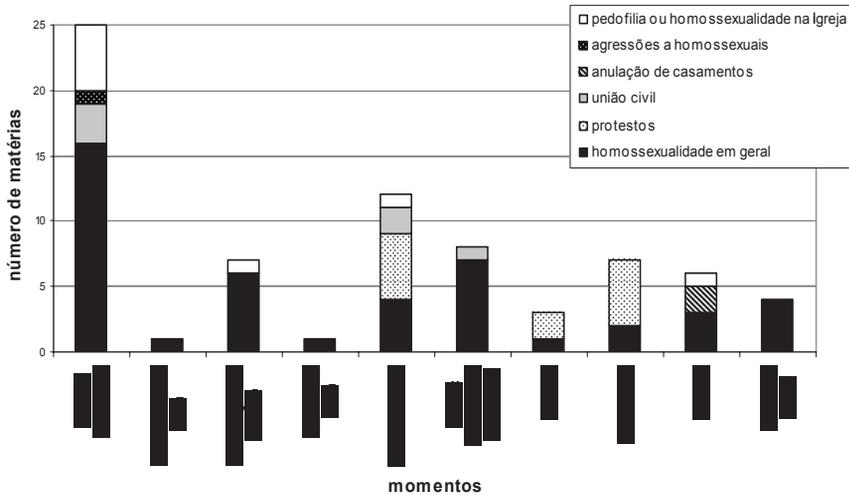


Figura 5 – Temas das matérias de acordo com o momento de publicação

Matérias a respeito de todos os outros temas foram apresentadas em momentos em que não houve fatos relevantes, como também em momentos específicos. Esse é o caso do tema “pedofilia ou homossexualidade na igreja”, que foi publicado em oito matérias, sendo cinco em momentos não específicos e três em datas com fatos relevantes para a Igreja. O tema “agressões a homossexuais” só foi publicado uma vez e sem ter relação com algum momento específico. A “união civil” foi citada seis vezes, sendo que metade das vezes não tem relação com o momento e nas outras vezes aparece em momentos em que fatos importantes para o papado estavam ocorrendo, como a visita do papa ao Brasil e a publicação de novas encíclicas.

Podemos ver que, independentemente do que esteja ocorrendo, do momento, temas em relação à homossexualidade são abordados na mídia.

Após a leitura do conteúdo das matérias e identificados seus autores, pretendeu-se verificar se, a depender do autor da matéria, era apresentada uma visão favorável, desfavorável ou isenta em relação à homossexualidade. Conforme apresentado na Figura 6, vemos que na maioria das matérias (55 matérias) os autores não emitiram sua visão a respeito da homossexualidade; em 18 matérias os autores emitiram opinião própria favorável à homossexualidade e em 5 matérias foram contrários à homossexualidade. Assim, em apenas 23 matérias os autores emitem sua própria visão sobre a homossexualidade.

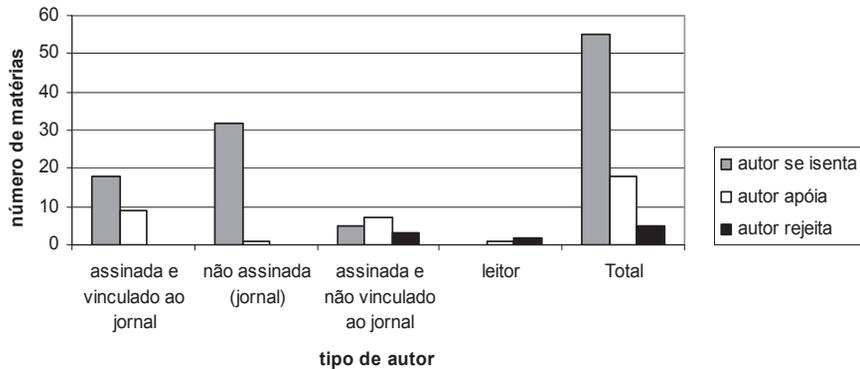


Figura 6 – Visão do autor sobre a homossexualidade

Podemos observar que os autores que mais se isentaram foram os vinculados ao jornal, especialmente aqueles que não assinam. Observa-se também que ambos os grupos não escreveram matérias que desabonassem a homossexualidade. Notamos que os leitores e os profissionais não vinculados ao jornal, autores de 18 das 74 matérias, emitiram sua visão em relação à homossexualidade, fosse ela de apoio ou rejeição, em 13 matérias.

Anteriormente, verificamos que os autores se isentaram de apresentar sua visão, apesar de, algumas poucas vezes, terem emitido sua própria opinião, especialmente os não vinculados ao jornal. Resta-nos saber se as matérias apresentaram uma visão da Igreja, segundo o papa, sobre a homossexualidade, embora o autor poucas vezes o fizesse.

A visão da Igreja durante esse período do papado sobre a sexualidade, de acordo com o relato da mídia, está representada na Figura 7.

Na Figura 7, vemos que em 93% das matérias a Igreja é retratada pela mídia como contrária à homossexualidade. Das 74 matérias selecionadas, apenas em cinco não foi possível identificar a visão da Igreja sobre a homossexualidade e em uma única matéria o autor considerou que a Igreja apoiava a homossexualidade.

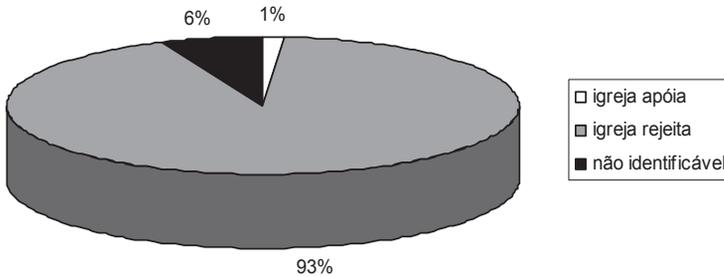


Figura 7 – Visão da Igreja sobre a homossexualidade, segundo a mídia

DISCUSSÃO

O presente trabalho pretendeu analisar como a relação Igreja e homossexualidade é retratada pela mídia. O primeiro aspecto que observamos foi como houve poucos momentos sem divulgação de matérias contendo a relação entre Igreja e homossexualidade. Pudemos constatar que em alguns momentos há uma maior divulgação de matérias contendo essa relação, porém, mesmo em períodos em que não há nenhum acontecimento importante, elas também foram veiculadas. Esse resultado pode significar que o jornal, ao publicar com frequência a visão da Igreja sobre o comportamento homossexual, estaria reafirmando e assim fortalecendo uma determinada visão: a da Igreja e de seu modo de retratar a homossexualidade.

Verificamos que em apenas 25% dos títulos das matérias há referência ao termo “homossexualidade” ou afins, enquanto em 61% há referência ao termo “Igreja” ou afins no título. Esse resultado parece indicar que há maior chance de um título ser provocativo, no sentido de levar o leitor a ler a matéria, se a palavra “Igreja” estiver nele contida. Do mesmo modo, poderíamos supor que o termo “homossexualidade” seria menos atraente?

Percebemos que, já no título, o leitor pode se deparar com uma visão sobre a homossexualidade produzida pelo jornal. No veículo escolhido – *Folha de S. Paulo* - nunca houve qualquer referência positiva em relação à homossexualidade. Mesmo os leitores que não lêem a matéria têm contato, por meio apenas da leitura do título, com uma visão desfavorável publicada pelo jornal em relação à homossexualidade. Apesar de não haver, nos títulos, referências positivas à Igreja, assim como não houve à homossexualidade,

percebemos que há muito menos referências negativas à Igreja (20%) do que à homossexualidade (50%) nos títulos das matérias selecionadas. Pode-se pensar que a mídia, por meio da redação do título da matéria, foi capaz de construir um conhecimento a respeito da Igreja e da homossexualidade. Nesse caso, percebemos que o que está sendo construído a respeito da homossexualidade parece ter uma conotação negativa. Enquanto que isso pode parecer ocorrer também com a Igreja, notamos que houve uma aparente isenção da mídia na avaliação da Igreja. Essa suposta isenção não se deu apenas no título, mas em relação à visão da homossexualidade pelo autor da matéria, mas percebemos que, mesmo quando os autores ou o jornal pareceram se isentar de emitir sua visão sobre a homossexualidade, o leitor esteve em contato com a visão da Igreja, tal como a mídia a retrata, que é contrária à homossexualidade. Se em 55 matérias o leitor não teve acesso à visão do autor sobre a homossexualidade, em 68 matérias ele leu que a Igreja rejeita a homossexualidade, que a homossexualidade é um pecado, que é uma doença, que é errado, ruim, etc. Como posto anteriormente, a seleção dos acontecimentos, o recorte da realidade, o que é ressaltado e o que é omitido fazem com que a isenção dos autores seja impossível. Isso significa que, mesmo parecendo se abster, a mídia veiculou informações e normas em relação à sexualidade, fazendo com que nossa análise sobre o comportamento sexual estivesse sendo socialmente controlada.

A mídia, então, mesmo aparentemente se isentando, possivelmente constrói o conhecimento contra a homossexualidade, quando relata a visão da Igreja sobre o homossexual e reafirma a moral religiosa, podendo interferir nas práticas da comunidade.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. (1984). *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. S. Paulo: Brasiliense.
- GUERIN, B. (1992). Behavior Analysis and the Social Construction of Knowledge. *American Psychologist*, 47 (11), 1423-1432.
- (1994). *Analyzing Social Behavior: Behavior Analysis and the Social Science*. Reno: Context Press.

- HERNANDES, N. (2006). *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. S. Paulo: Contexto.
- MARTONE, R. C. (2003). *Traçando Práticas Culturais: a Imprensa como Agência e Ferramenta de Controle Social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: análise do comportamento. São Paulo: PUC.
- NAMO, D. (2001). *A Violência Retrutada por um Meio de Comunicação de Massa: uma Perspectiva Behaviorista Radical*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: análise do comportamento. São Paulo: PUC.
- SKINNER, B.F. (1994). *Ciência e Comportamento Humano*. Tradução de Rodolpho Azzi e João Cláudio Todorov. São Paulo: Martins Fontes. (trabalho original publicado em 1953).
- (1995). *Questões recentes na análise do comportamento*. Tradução de Anita Liberalesso Néri. Campinas: Papirus (trabalho original publicado em 1989).